

Nuno Luís Madureira (coord.), **História do Trabalho e das Ocupações**, vol. II, **As Pescas**, Inês Amorim (org.), Oeiras, Celta Editora, 2001.

Este é um livro hostil para quem nele quiser procurar esquemas simples capazes de interpretarem o mundo das pescas por meio de taxonomias redutoras ou de um breviário de conceitos.

O melhor caminho é, por vezes, o mais difícil. Foi essa a opção de Inês Amorim ao coordenar um grupo de doze investigadores de áreas e formações diversas, na sua maioria da Faculdade de Letras da Universidade do Porto¹, a fim de compor um estudo histórico das ocupações das pescas portuguesas confinado ao espaço de Portugal continental. Organizado em dicionário, o livro constitui uma bela prova das vantagens do trabalho de equipa e das abordagens em perspectiva histórica; na espessura do tempo longo que elucida o que muda e não esconde o que permanece.

Síntese multidisciplinar, podemos situá-la num registo de história social. Estudo que combina olhares

¹ Além de Inês Amorim, organizadora do dicionário, autora de várias entradas e de artigos que dele constam, são co-autores Amélia Polónia e Isabel Franco (autoras das entradas), Arnaldo de Melo, Célia Rego, Luís Carlos Amaral, Luís Cravo e Rui Esperança (colaboradores), Francisco Oneto Nunes, Alina Villalva, Rita Marquilhas, Cristina Albino e Clara Nunes Correia (autores dos artigos).

perdidos da antropologia marítima — incluindo o dos escritos etnográficos que em Portugal cedo colheram nos usos e tipos humanos das pescarias um domínio favorito de pesquisa — com saberes e técnicas tão actuais e indispensáveis a qualquer etimologia das ocupações ou ensaio de história do trabalho como a filologia ou a linguística teórica e computacional.

O resultado mais óbvio da investigação é uma cuidada cartografia social das ocupações das pescas que se junta a outros dois dicionários afins, relativos à agricultura e ao sector têxtil. Sínteses resultantes de um projecto de investigação iniciado em 1998 sob coordenação do professor Nuno Madureira: PACO — Projecto para a Análise e Classificação das Ocupações.

Comparando com outros mundos do trabalho, a pesca define-se como uma actividade extractiva e aleatória de exploração dos recursos marinhos. Recursos móveis por natureza que, obrigando os pescadores a persegui-los, criam padrões sócio-culturais bem distintos da actividade agrícola ou de qualquer indústria transformadora. O sentido intermitente de emprego/desemprego que marca as dinâmicas do trabalho no sector das pescas e a mobilidade típica do pescador (de profissão ou de ocasião) transparecem dos perfis ocupacionais traçados. Retrato oportuno num momento em que as pescas parecem definir e a adaptabilidade profissional do pescador é um problema em debate.

Além dessa nota de actualidade, este dicionário é um contributo tanto mais útil quanto os mundos das pescas se caracterizam por uma enorme riqueza lexical, compondo universos sociais de extrema diversidade cujas origens e derivações etimológicas só por si revelam mudança nas ocupações e nas hierarquias profissionais.

O volume reparte-se por oito capítulos, seguindo as principais ocupações das pescas, num registo que se organiza da terra para o mar. Depois de uma breve introdução para cada um deles, os capítulos compõem-se de uma série de entradas ocupacionais que, por sua vez, se desdobram em variantes. As variantes são categorias ou designações profissionais forjadas nos usos e tradições locais e regionais, em processos de adaptação espacial das técnicas que foram conferindo poderes, moldando perfis profissionais e modos de organização social. O dicionário fecha com um glossário, não muito completo, mas cuidado, a ponto de para cada vocábulo ou conceito indicar a fonte que serviu à definição. Prevenção importante numa realidade plena de cambiantes, de tempo e de espaço e de classificações nem sempre unívocas. Por meio do glossário confirma-se que a diferenciação lexical das pescas portuguesas é muito mais nítida a norte do cabo Carvoeiro do que a sul. Sintoma seguro de maior diversidade das artes a norte; de adaptações gizadas por uma orla costeira mais desabrigada e exposta às perturbações do Atlântico.

A irregularidade classificativa das actividades piscatórias e a variação

temporal dos critérios de registo estatístico e ocupacional convidaram a organizar o dicionário distinguindo três grandes áreas de pesca: a pesca fluvial, dominante nos tempos medievais; a pesca longínqua (em especial a do bacalhau no Atlântico noroeste), desde inícios do século XVI; a pesca costeira e do alto. Embora os pescadores pareçam um grupo homogéneo, a sua distinção e a das demais categorias ocupacionais das pescas marítimas e fluviais sempre obrigaram a classificar em função dos espaços e ecossistemas onde os homens se moviam (rios, costa marítima, mar alto); obrigaram a considerar as espécies capturadas e a experiência acumulada. Critérios necessários de estabelecer para quem busca um quadro classificativo e um arrolamento de ocupações sempre difícil de compor num território social tão complexo e singular como o das pescas. Dificuldade que se nota, por exemplo, nas ocupações relativas às sociedades agro-marítimas da laguna de Aveiro e de diversas águas estuarinas cujas fainas mais típicas, repartidas entre os campos e o mar, embaraçam qualquer grelha classificativa.

Em busca dessa categorização sócio-profissional das «profissões das pescas», os autores procederam a uma análise cuidada e exaustiva sobre o tempo longo — do século XIV ao século XX. O projecto de classificação das ocupações das pescarias mobilizou, por isso, uma vasta pesquisa multidisciplinar; o cruzamento de saberes e perspectivas; uma indispensável arqueologia etimo-

lógica das ocupações arroladas no sentido de ensaiar definições das diversas categorias profissionais atendendo às cambiantes que a relação dos homens com o meio natural e o enquadramento das instituições geraram para cada uma delas. Não se limitou o dicionário — e seria esse o caminho mais cómodo e mais óbvio — a seguir uma perspectiva institucional e a acompanhar a forma como o Estado foi emitindo representações e quadros de classificação dos pescadores e das demais ocupações ligadas às pescas². Sigamos um exemplo significativo, o do «pescador-marinheiro», perfil ocupacional em que assenta toda a organização social das pescarias longínquas do bacalhau. Além das de marinho e pescador, a entrada «pescador-marinheiro/pescador de pesca longínqua» enuncia como variantes as de «grumete, guinheiro, pescador maduro, pescador especial, pescador verde, pescador de 1.^a linha, pescador de 2.^a linha, pescador de 3.^a linha, pescador de emprego» (p. 133). É certo que as variantes enunciadas combinam e supõem critérios de classificação muito diversos entre si

² Foi essa a opção de Inês Amorim, Luís Cravo e Célia Rego num artigo de publicação recente, também ele elaborado no âmbito do projecto PACO: «A construção de uma identidade: pescador/pescadores, ‘cultivar o mar é uma coisa — é ofício de pescadores; explorar o mar é outra coisa — é ofício de industriais’ (31 de Agosto de 1921)» [Inês Amorim (coord.), *Qualificações, Memórias e Identidades do Trabalho*, «Estudos» (32), Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2002, pp. 293-319].

que podem confundir ao invés de esclarecer. São evidentes, porém, as vantagens da identificação de todas as variantes profissionais que a documentação revelou. Uma das funções de um dicionário temático das ocupações é, por certo, a de abrir caminho a investigações na área em estudo; fazer saltar das fontes a maior variedade possível de perfis profissionais; abrir pistas e caminhos de pesquisa.

Num registo tanto quanto possível exaustivo, o livro exprime através dos perfis ocupacionais que vai identificando e definindo uma das principais mudanças das pescas na «era industrial»: o trânsito de um trabalho feito de saberes e intuições empíricas («conhecenças») para modos de produção e de organização social assentes no uso de tecnologias e de conhecimento científico. Evolução muito nítida e bem exemplificada em certas entradas do capítulo 6, «Actividades complementares», tais como a de motorista, maquinista e electricista. Ocupações de bordo resultantes da aplicação de energia motriz às embarcações (primeiro o vapor, depois os motores *diesel*), causa e efeito do alargamento dos espaços de pesca e dos tempos de permanência no mar.

Não menos significativas são as ocupações que constam do capítulo 7, «Administração e gestão» (accionista, administrador, credor, empresário, senhorio, sócio, entre outras). Tais categorias sintetizam o dualismo que, em regra, divisa as pescas artesanais das industriais: os pescadores

enquanto gestores dos recursos e dos capitais e os pescadores como assalariados. O pescador-operário é já uma entidade distinta dos detentores dos meios de produção que entre nós cresceu no terceiro quartel de Oitocentos mercê da introdução dos cercos a vapor e da instalação das conserveiras.

Igualmente importante, entre muitas outras notas de transformação das pescas portuguesas, é a mudança dos regimes de jurisdição das águas marítimas, do direito de acesso aos recursos e ao próprio produto da pesca. A pesca em águas marítimas ou fluviais era a princípio um direito senhorial exercido pelo rei ou delegado por ele. A legislação liberal de 1830 libertou os pescadores do domínio senhorial e religioso na intenção de «animar as pescarias» e atenuar a dependência das importações de bacalhau (p. 205).

Entre outros méritos, este livro recoloca a análise das pescas num contexto histórico e humano. Num tempo em que as pescas carecem de uma ética de regulação assente em princípios de solidariedade geracional (80% dos recursos marinhos encontrar-se-ão em estado de «sobrepesca»), o dicionário em apreço é um belo convite à re-humanização das visões dos mundos das pescas, porque as recontextualiza no seu nicho humano e social. Compõe ainda um discurso fora do reduto institucional do Estado e das instituições burocráticas da União Europeia, longe das abordagens confinadas à economia ou à biologia, importantes mas insuficientes para se perceber uma

realidade tão sistémica. Trata com rigor e a partir de um notável levantamento de fontes manuscritas e impressas (incluindo monografias científicas e locais) temas e problemas nos quais as ciências sociais e humanas não têm tido espaço ou não o têm procurado. Certamente abrirá caminho a outras investigações no domínio das pescas e da sua história, cujas limitações e possíveis rumos Inês Amorim discute e aponta a fechar o capítulo 1. Uma história das pescas em Portugal seria, com certeza, um trabalho de síntese indispensável e de efeitos multiplicadores nesta área temática. Projecto que poderá colher neste estudo de síntese alguns dos seus fundamentos. Mais do que qualquer outro até agora publicado neste domínio, o dicionário fixa conceitos, define vocábulos e lança problemáticas. Parece-nos uma obra de consulta indispensável.

ÁLVARO GARRIDO

Glória Rebelo, Trabalho e Igualdade. Mulheres, Teletrabalho e Trabalho a Tempo Parcial, Oeiras, Celta Editora, 2002, 88 páginas.

A autora tem dado um importante contributo para a discussão do fenómeno laboral em Portugal. A sua tese de doutoramento, intitulada *Emprego e Formas de Precariedade de Activi-*